

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO
MESA: DO BACHAREL AO PESQUISADOR PROFISSIONAL
NA ÁREA DO DIREITO

25 de Novembro de 2020, às 17h

Composição da mesa:

Pedro Heitor Barros Geraldo

Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Sociologia do Direito (NSD)
Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (InEAC)
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Gustavo Silveira Siqueira

Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO



RESUMO

Esta mesa tem por objetivo de apresentar a carreira do pesquisador profissional na área do Direito, através da apresentação da trajetória do professor palestrante. Além disso, esta mesa encerra o evento e apresentar os agradecimentos a todos os profissionais envolvidos nas apresentações, mas também na organização do evento.

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

Pedro Heitor Barros Geraldo

Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Sociologia do Direito (NSD)
Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (InEAC)
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Boa tarde! Obrigado a todos que estão acompanhando o nosso seminário de pesquisa “A organização profissional dos operadores do Direito”. Essa é a última mesa, a mesa de encerramento, uma conferência com o Professor Gustavo Silveira Siqueira, que é professor e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito da UERJ. É também bolsista do CNPq e bolsista JCNE da FAPERJ. E que tem se destacado por se constituir em uma figura dedicada à pesquisa na área do Direito. Recentemente publicou o *“Pequeno Manual de Metodologia da Pesquisa Jurídica: o roteiro de pesquisa para estudantes de Direito”*.

Eu agradeço, mais uma vez, a sua gentileza, Gustavo, de participar desse seminário organizado pelo Núcleo de Pesquisa em Sociologia do Direito. Você está com a palavra para nos apresentar um pouco da sua experiência, dessa transformação que nós podemos identificar hoje no campo do Direito, que é essa passagem do bacharel em Direito ao pesquisador profissional.

Obrigado, Gustavo! Está com a palavra.

Gustavo Silveira Siqueira

Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito (PPGD)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Obrigado, Pedro, obrigado pelo convite!

Confesso que eu vou falar para vocês hoje, enfim, vou compartilhar com vocês algumas experiências pessoais como pesquisador, como professor, e algumas também como membro da administração. Porque essas carreiras que existem no Brasil a gente acaba tendo diversas funções. Então, vou falar um pouco para vocês o que eu já vi na CAPES, eu fui coordenador adjunto da CAPES por dois anos. Atualmente sou coordenador da área do Direito da FAPERJ, e do Progra-

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

ma de Pós-Graduação em Direito da UERJ.

Mas, Pedro, eu também confesso a você que o meu ponto de vista também é marcado pelo que eu já participei. Eu já participei de mais de 100 bancas de mestrado e doutorado, de graduação. Já participei de, pelo menos, 8 processos seletivos de mestrado e doutorado. Então, o que eu vou falar para vocês não é uma experiência de pesquisa, não vou trazer dados para vocês. Mas, vou compartilhar com vocês minhas experiências pessoais.

O José Eduardo Faria tem um texto de 2000, quando ele era do comitê da área do Direito, do CNPq. Nesse texto, ele falava que 90% dos projetos enviados pelos doutores em Direito ao CNPq não eram sequer projetos. Esse era o retrato dos anos 2000, ou seja, os doutores em Direito, 90% dos doutores de Direito que enviavam projetos por ano para o CNPq, não enviavam projetos, enviavam qualquer outra coisa que não era projeto.

Na minha experiência da FAPERJ, eu posso dizer para vocês que, usualmente, na área do Direito sobra dinheiro. E aí vocês vão falar: “mas, mesmo com as crises?” Sim! Por todas as crises que a FAPERJ tem, que o Estado passa, usualmente, na área do Direito, não existem candidatos e candidatas habilitadas a receber os editais. Seja porque tenham problemas nos requisitos formais de um edital, que acontece, a pessoa não vê o documento que precisa, ou seja no mérito.

O que significa que a área do Direito não é uma das áreas que mais recebe, e recebe muito, mas grande parte daquilo que recebe não é sequer levado para avaliação final. Eu posso dizer para vocês que 75% dos projetos enviados ao Direito, à área do Direito da FAPERJ, sequer vão para julgamento final. E daí vocês vão perguntar: “Mas, porque isto acontece?”, porque os professores de Direito não ensinam como fazer um projeto de pesquisa?z

Eu acho que fazer um projeto de pesquisa e fazer pesquisa é tão relacionado que, às vezes, vou até confundir as duas falas. Porque quem sabe fazer uma pesquisa, sabe fazer um projeto, e quem consegue fazer um bom projeto, consegue fazer uma boa pesquisa. Então, enfim, voltando. Por que isso acontece? Por que os professores de Direito não ensinam? Ou por que não sabem? Ou por que não sabem e não querem saber? Enfim, não vou entrar nisso. Eu até entendo que um aluno

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

que faça faculdade de Direito não queira saber fazer a pesquisa. Que ele quer se formar para ser juiz, promotor, que ele quer fugir disso.

Eu até entendo isso, mas isso vai se refletir lá na frente também. Outro fator que pode gerar essa não profissionalização é a contaminação do Judiciário, etc. Ou seja, o fato de ele ser desembargador significa que na sala de aula ele vai exercer seu poder de desembargador. Não tem sentido. Ou que ele pelo fato de ser ministro, ele tem que ter o artigo aprovado na revista. Isso, de fato, não tem nenhum sentido.

Mas, o que eu encaro como o principal problema de tudo isso é a falta de transformarmos, como o Pedro me pediu para falar, o bacharel em pesquisador. Essa pessoa que entra no primeiro ano de Direito sem ter, usualmente, muita noção do que é pesquisa, do que é ciência, do que é pesquisa empírica, etc., e como ele se transforma, ou em como é possível se transformar num pesquisador.

A primeira coisa, assim, é difícil. Sim, é difícil. Não é fácil ser pesquisador. Podem imaginar a quantidade de problemas sociais, econômicos, políticos que a gente tem no Brasil e como é difícil ter pesquisa sólida sobre isso. Mas, de fato, é possível! Confesso a vocês que eu não me vejo em outra profissão. Eu, sinceramente, acho que ser pesquisador é a melhor profissão do mundo. Por quê? Porque a gente descobre coisas novas, se surpreende, a gente pode concorrer para editais para comprar computador, sala de pesquisa, pode ir para o exterior fazer eventos, cursos, pode dar palestras fora, no exterior, pode fazer bolsa pós-doc e recebe dinheiro para fazer pesquisa. O Estado fala: "Olha, taí o dinheiro, faz a pesquisa". Então, eu acho que é uma profissão espetacular.

Mas, a minha visão foi contaminada porque eu fiz mestrado, doutorado e doutorado sanduíche no governo Lula e no governo Dilma, e confesso para vocês que mudou muito. Quando eu fiz doutorado, eu pude escolher se eu queria bolsa da CAPES ou do CNPq. Hoje, o aluno escolhe se tiver bolsa. Eu consegui fazer doutorado sanduíche com bolsa da CAPES. Fiz todo o meu mestrado, fiz todo meu doutorado. Então, consegui ter toda a minha formação me dedicando exclusivamente a fazer pesquisa.

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

Mas isso, o fato de ter esse suporte, esse financiamento público, esse investimento, não significa que eu aprendi metodologia de plano. Confesso para vocês que durante a graduação, durante a especialização, durante o mestrado eu tive aulas de metodologia e todas elas começavam com a ABNT. O que não faz sentido nenhum, não tem lógica nenhuma.

Meus amigos, existe aplicativo que traz a comida na sua casa. Existe um aplicativo que te aluga um carro, que você compra uma passagem de avião. Você investe na bolsa com o celular. É óbvio que já tem aplicativo para formatar o trabalho. Eu não faço nota de rodapé, tem um aplicativo que faz. Na verdade eu até faço, porque eu fico com preguiça, vou lá e faço. Mas tem aplicativo para formatar, aplicativo para fazer a nota de rodapé e tem aplicativo para colocar o trabalho na ABNT. E assim, não tem sentido a gente ficar discutindo ABNT, você goste ou não goste tem que cumprir, programe seu computador e cumpra.

Então, primeira coisa, eu me sinto enganado. Com o que eu aprendi de metodologia na faculdade de Direito bem tradicional e no mestrado, eu fui enganado, não tinha nada de metodologia. Eu fui aprender a metodologia da pesquisa no doutorado quando eu comecei a me interessar por História do Direito, comecei a frequentar a faculdade de História, e daí eu fui entender as metodologias, o que estava ligado à pesquisa, o que era fonte, o que era dado, como que metodologia existe em todos os trabalhos, como tem marco teórico, como tem hipótese... Coisas que não se falam no Direito.

Usualmente, a Faculdade de Direito, aqui que estou falando do geral. A gente tem professores como Fontainha, como o Pedro, que têm outras formações, que já formam pessoas diferenciadas nesse sentido, diferenciadas não é um termo bom, enfim, especializadas nesse sentido. Mas, a grande maioria, e eu estou falando de todas as faculdades do Brasil. Eu não estou falando assim “Ah não, você vai para tal faculdade que lá é bom”, não! Você pode dizer a faculdade que for e lá vão ter professores mais tradicionais, mais conservadores, no sentido do ensino, e professores mais interdisciplinares, com outra formação. Eu tenho colegas que dão aula na Faculdade de Direito igual se dava aula no século XIX. Juguem no Google “Faculdade e Direito século XIX”, até as

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

carteiras são iguais, as mesas, é tudo igual. Ele usa o manual, ele repete o manual, ele fica lendo o manual, e comenta da vida dele. Isso, de fato, não precisava. Assim, se for para ficar repetindo isso, não sei se precisa ter Faculdade de Direito. E talvez isso explique o que essa nova geração toda conectada não consiga suportar, às vezes, a sala de aula. Eu também acho que não conseguiria suportar, o professor lendo o código... “Deixei ele ler o código aqui, eu vou fazer outra coisa”.

Enfim, daí fiz meu doutorado. Aprendi metodologia mais na Faculdade de História, mas tive uma boa professora de metodologia no doutorado. Vi que tudo aquilo que eu tinha feito e escrito tinha que ser jogado no lixo. Então, grande parte das críticas que eu vou fazer e das críticas que eu faço no livro, Pedro, são confissões de um ex-criminoso. Porque eu, de fato, eu falo para meus alunos, eu só aprendi metodologia no meu doutorado. A minha monografia – e felizmente ela ainda não entrou na internet porque eu me formei antes dessa era digital – é tradicional, com histórico, com Filosofia, que no fundo se você espremer não sai nada. No fundo é papel e tempo da minha vida jogado fora.

Enfim, e daí eu terminei meu doutorado. Passei no concurso para professor da UERJ e fui dar aula de História do Direito, que era minha área de pesquisa, é uma área extremamente interdisciplinar. Trabalhava no Arquivo Nacional, fazia pesquisa com o Instituto Histórico e Geográfico e comecei a receber alunos do mestrado e do doutorado que queriam fazer histórico no trabalho, falar de Grécia, de Roma... E eu falava assim: “Não, mas está tudo errado”. Ele: “Mas, professor, eu vim fazer essa disciplina justamente para isso, porque eu quero fazer um grande histórico”. Eu: “Não, está errado. Você não sabe História, você não sabe nada”. “Então, eu vou fazer Sociologia”, “Mas você também não sabe Sociologia”.

Então, eu comecei a ficar numa angústia, porque quem faz pesquisa em História geralmente escolhe um tema específico, um tema curto. Os livros de Direito, os manuais de Direito, Direito Civil, Constitucional, eles usam a Faculdade de História como piada. Eles pegam um manual de Direito Civil, que começa Grécia, Roma, Código Civil francês e Código Civil de 1916 e Código Civil de 2002. Eles usam como piada para falar como se faz História no século XIX. Ou seja, é vergonhoso!

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

Aí eu falei: “Meu Deus do céu, o que eu vou fazer?”.

E, mais ou menos, em 2014 eu decidi dar aula de Metodologia da Pesquisa. Daí falei: “eu vou dar um semestre de Metodologia e um semestre de História, porque não tenho como contribuir para esses alunos, porque eles entram aqui na minha sala falando que querem fazer um histórico de 4 mil anos, mas o projeto é sobre agravo de instrumento no STJ. Não tem como”. E comecei a dar aulas de metodologia. E, Pedro, esse livro foi um dos textos mais difíceis da minha vida porque ele é um texto que é meio que um diário de confissão: “eu estou confessando aqui os problemas da pesquisa, o que eu vejo que está certo, que está errado”. Tanto que eu fiz questão de colocar na primeira linha que “Olha, se você procura um livro com ABNT você está no lugar errado, que não tem ABNT aqui”.

E daí algumas coisas que eu acho que eu poderia falar das coisas boas e ruins de você se transformar no pesquisador dentro da Faculdade de Direito. Primeiro, voltando, é possível, é difícil especialmente nesse governo. Não vou negar para vocês que quem se forma hoje tem uma dificuldade muito maior de entrar na carreira, de conseguir uma bolsa, se formar, no sentido de terminar mestrado, doutorado, graduação, do que quem terminou há 10 anos. Eu lembro que quando eu me formei eu recebia edital de concurso para professor todos os meses. Ainda vem a pandemia, as duas pandemias né, a de Brasília e no Brasil inteiro para a gente.

Mas enfim, fico imaginando para o aluno que entrar no Direito agora, como virar pesquisador? A primeira dica que eu dou para todo aluno de Direito é humildade. Primeiro, assim, se você não tem humildade, se você não assume que você não sabe alguma coisa, não tem como fazer pesquisa. E a Faculdade de Direito, usualmente, forma os alunos para ter certezas. Eles fazem o trabalho para provar que “a” é igual a “b”, ou que “x” é diferente de “y”. Não é assim que começa. A primeira coisa é se perguntar “o que eu não sei?”. E o que você não sabe, obviamente, vai limitar as suas outras ações. O que isso significa? Se você não sabe História, não escreva sobre História ou vai estudar História para escrever. Isso vale para Sociologia, Antropologia, para a Estatística, para a Matemática. Um aluno que faz um semestre de História do Direito, um historiador que faz

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

um semestre de História do Direito não está habilitado para advogar. Da mesma forma que vocês fazem seis meses de História do Direito, não estão habilitados para fazer História, nem Sociologia, nem Filosofia. Precisa de um aprofundamento maior, de orientação, de contato, pesquisa, etc. A primeira sugestão é humildade, ou seja, procurar grupos de pesquisa, professores que realmente fazem pesquisa, usualmente pesquisa empírica, etc.

A segunda questão: pelo amor de Deus, vamos parar de acreditar em lei. A gente vive no Brasil e sabe que a lei e a realidade são completamente diferentes. Daí um aluno vai escrever um artigo, cita uma lei do século XIX, ou do século XX, ou de hoje, e acha que as pessoas estão cumprindo a lei. Recomendo para qualquer pesquisador verificar, na prática, seja nos tribunais, seja onde isso acontece, como a lei acontece. E eu posso dizer para vocês centenas de leis que na “realidade” e no papel funcionam de forma diferente. Nós vivemos no Brasil, não preciso explicar para vocês. Então, eu não consigo entender, às vezes, quando eu vejo um trabalho que a pessoa fica citando lei. Na boa, não precisa ficar citando lei, está tudo online. É igual ao aluno que vai comprar código hoje. Vai comprar código para quê? Tem lá online! Não tem sentido.

Tem uma questão interessante, teoricamente o advogado tem que fazer todas as suas argumentações baseadas em provas. “Olha, a testemunha disse isso, disse isso, disse isso”. A Faculdade de Direito deveria habilitar ele para isso. Mas quando ele vai fazer a pesquisa ou artigo ele não precisa disso. Ele fala: “olha, o Brasil é o pior país do mundo”. Ou ele faz igual aos ministros do STF: “O Brasil tem 90% das ações trabalhistas do mundo”. “E da onde você tirou isso?”, ele responde: “Eu inventei”, ou “Ah, eu acho”. Não existe “eu acho” na pesquisa, pesquisa trabalha com dados. Eu costumo falar para os meus alunos: “Eu não quero saber o que você pensa, quero saber o que os dados permitem você pensar”. “Ah, professor, mas eu acho isso”. “Se você acha isso, eu acho outra coisa”. Pesquisa, pesquisador parte dos dados. Os dados te mostraram isso?

Pesquisa também não é julgamento. Eu leio diversos projetos que dizem: “Eu quero provar que tal lei é inconstitucional”. “Então, entra no Judiciário, porque é lá que as pessoas decidem se é constitucional ou inconstitucional”. Ou então: “Eu quero fazer um projeto de lei”. “Vira deputado.

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

A gente está aqui para pesquisar, a gente não está aqui para falar que é feio ou que bonito, está aqui para pegar dados, para mostrar as contradições das decisões, para sistematizar, para pegar provas”.

E essencialmente a função do pesquisador é inovar. Acho que do ser humano, é inovar. Não tem sentido, seja na graduação, seja no mestrado, seja no doutorado, fazer uma pesquisa só de revisão bibliográfica. “Ah, tal autor disse isso, tal autor disse isso, tal autor disse isso”. Eu acho que a característica inerente do ser humano é a inovação. Não tem sentido no mundo de hoje com o Google, com ferramentas de busca, fazer um trabalho que é só repetir o que os outros já falaram. Eu acho que toda folha de papel, toda luz elétrica gasta, deve ter uma inovação, um novo toque, um novo olhar, novos dados, uma nova forma de interpretar. E é por isso que a função da pesquisa é majoritariamente criticar, mostrar os problemas das decisões, mostrar contradições das decisões.

Além disso, como que o aluno que está ali, seja na graduação, no mestrado, consegue se transformar no pesquisador? Primeiro, voltando à questão, é difícil. É difícil, pois, de fato, confesso que vocês vão ter um bom emprego só no doutorado. No final do doutorado. E não vou enganar vocês, não. Vocês vão sofrer na graduação, vão sofrer no mestrado, vão sofrer no doutorado. Podem fazer coisas maravilhosas durante o doutorado, podem fazer o doutorado fora do país, mestrado fora do país, podem fazer um pedaço fora do país. Mas, de fato, no nosso sistema e em outros países também, a habilitação para uma série de coisas só vem depois do título de doutor.

Então, depois do título de doutor, você pode concorrer a editais, que eu já falei, para comprar computador, para sala, para viajar, para tudo. Você pode orientar, participar de bancas, participar de eventos. Só que há um longo caminho até lá. É um caminho que, às vezes, não permite a dedicação exclusiva, você tem que dar aula, trabalhar para fazer pesquisa. É um caminho que, às vezes, tem freios, você não consegue fazer um mestrado agora, não consegue fazer essa seleção. Mas, o que eu sempre recomendo é que faça uma equação.

Primeiro, você tem que ter tempo para se dedicar para academia. Lembrem-se que os trabalhos que vocês estão escrevendo vão ficar para sempre, ainda mais hoje no mundo digital. E

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

eles fazem parte da sua carreira. Quando vocês forem fazer um concurso para professor, para promoção, esses artigos vão ser lidos. Os seus alunos vão ler seus artigos. Eles vão fazer parte de você. Então, sempre tenha muito cuidado com tudo que vocês escrevem e com tudo que vocês pesquisam.

Isso não significa que vocês não vão errar. Vocês vão errar, e vão rever, e tudo bem. Mas, sempre se lembrem que cada artigo é um degrau ou tijolinho na carreira de vocês. E que ela só pode ser construída aos poucos. Da mesma forma a pesquisa, ela vai ser amadurecida aos poucos, você vai aprofundando aos poucos. Se você não conhece determinada área, você vai estudando aos poucos. A gente não pode dar um passo na pesquisa que a nossa perna não aguenta.

Eu recebi uma vez um projeto para analisar de uma menina que queria fazer uma pesquisa sobre a Suprema Corte alemã, sobre o funcionamento e a decisão da Suprema Corte alemã. Ela não citava nenhuma obra em alemão e ela não falava alemão. O que eu pensei: “Se for para falar que você acha, ou o que os brasileiros falam da Alemanha, não precisa, já tem. Já tem um monte de coisa”. Ou a gente faz pesquisa séria, ou seja, dados primários. Ou “ah, eu quero fazer Direito Comparado”, o que é muito mais difícil, tem que aprender a língua. “Ah, professor, quero fazer História”, tem que aprender História. “Eu quero fazer Estatística”, tem que aprender Estatística. Senão, isso não é sério. Sentar e falar: “ah, eu acho isso”, “olha, eu citei aqui 40 filósofos e eu sou o quadragésimo primeiro”, isso é século XIX!

Vou dar um exemplo para vocês. Vocês imaginem um médico que queira saber se a água de coco cura Covid. Vamos imaginar água de coco não, ficar muito “avacalhado”, não é? Ele quer saber se cloroquina cura Covid. Daí ele vai ler cinco artigos que falam que sim, cinco artigos que falam que não. Se ele escrever o décimo primeiro dando opinião dele, ele vai ser preso. Nenhuma revista vai aceitar. Por quê? Porque para escrever isso ele tem que fazer uma pesquisa. E os nossos alunos precisam entender isso. Eu não posso falar que o tribunal é lento ou que é rápido sem ter dados, sem ter de onde partir. Eu não posso falar que determinado ministro “engaveta”, se eu não mostrar os dados. A nossa opinião importa a partir dos dados que a gente tem. E é muito comum

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

no Direito falar que “existe a terceira corrente, a quarta corrente, a primeira, segunda, e a quinta é a minha”. Não tem sentido, isso não é pesquisa. A gente tem que entender que pesquisa é, essencialmente, uma série que você não sabe o fim. Que você começa ali, você tem até uma hipótese de como ela vai terminar, mas você não sabe como vai terminar. Se você sabe, você tem que tomar muito cuidado porque isso pode ser um parecer.

Enfim, uma outra recomendação que eu vou dar para vocês. Procurem os eventos, os professores que são especialistas naquilo que você escreve. Que escrevem sobre o que você pesquisa ou quer pesquisar. Acompanhe a literatura, acompanha os eventos, existe um evento famoso no Brasil de Sociologia, um de História, um de Filosofia, vá se especializando durante o tempo. Isso não significa que você não pode mudar. Eu, por exemplo, comecei na Filosofia do Direito e parei na História, mas eu não piso mais em nenhum evento de Filosofia. Isso é completamente possível. Mas vocês têm que entender que vocês têm que buscar profissionais especializados.

Vou dar um exemplo para vocês. Vocês têm um problema no olho, vocês não enxergam bem, vocês vão no ortopedista? Não vão. Mas você quer fazer um trabalho de pesquisa empírica e fala com um professor de Direito Civil. Faz na monografia, faz no mestrado, não tem como dar certo. Então, se você quer fazer uma pesquisa, faça na área, conheça especialistas. Tente fazer no alto nível! Não chame o professor para banca que você vai saber muito mais do que ele na banca e ele não vai conseguir te avaliar. Chame para banca um professor – e agora com a internet fica mais fácil – que escreve sobre o tema, que pesquisa sobre o tema. O seu trabalho é seu cartão de visita. Se você é mestrando, isso pode abrir a porta para ser doutorando. Se você é doutor pode abrir para você ser professor em determinado lugar. Então é fundamental um planejamento, que é uma coisa simples. “Olha eu gosto de Filosofia do Direito”, enfim, depende do grupo né, se você gosta de Habermas vai para um lado, se você gosta de Hannah Arendt vai para o outro. Mas, escolha o seu grupo, vai atrás, pesquisando, vai juntando material. Porque assim você vai ter noção se aquilo que você está escrevendo ou pesquisando já é uma coisa que está muito batida ou se é novidade.

E posso dizer para vocês, pessoal, que a carreira acadêmica, de fato, abre portas para vocês

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

irem para o mundo todo. E isso é uma coisa interessante também. Porque nenhum espanhol quer brasileiro indo lá na Espanha para falar da Espanha para eles. Usualmente, eles querem ouvir como que determinado efeito acontece no Brasil, ou um Direito Comparado né? Ou seja, você estudou muito bem a Espanha e estudou muito bem o Brasil, e consegue comparar.

Porque, de fato, é muito mais difícil, a menos que gente faça um doutorado fora, por exemplo, a gente conseguir dar diagnósticos possíveis de outro país. O que eu mais leio, todo ano eu leio uma monografia, uma dissertação de mestrado, falando de outro país e a pessoa sequer sabe falar a língua. Não tem como! A gente não tem acesso aos autores que estão sendo lidos, o que importa, o que não importa, as decisões da Suprema Corte.

Vou dar um exemplo, imaginem um mexicano que venha ao Brasil, fique aqui uma semana no Brasil e vá em uma livraria e pegue livros de Direito Constitucional. Ele vai ver na livraria lá um dos livros mais vendidos que se chama “Seja foda em Direito Constitucional”. Ele vai pegar esse livro e vai descrever o Direito Constitucional do Brasil assim. Tem sentido? Não tem sentido. É uma coisa completamente a parte.

Então, para falar de outro país, para falar de outra área, a gente tem que conseguir entrar nela. Saber os autores que se falam, que se pesquisam, o que já está ultrapassado, o que não está. Ninguém quer um trabalho sobre o que é o “imperativo categórico” em Kant. A menos que você pegue e inove dentro disso.

Enfim, Pedro, achou que era isso, mais ou menos isso que eu ia falar. Se você quiser complementar alguma coisa, alguma sugestão, enfim, alguma pergunta, e alguma coisa que eu deixei sem falar, por favor. E os colegas aqui também, fiquem plenamente à vontade!

Pedro Heitor Barros Geraldo (InEAC-UFF)

Gustavo, uma maravilha dialogar com um pesquisador que tem essa consciência do trabalho

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

e dos desafios de formação dos recursos humanos. Porque é com isso que nós lidamos, assim, mais diretamente. Eu queria fazer duas perguntas para você que são questões que você tocou, e pelo menos na área do Direito, assim, são duas coisas que ainda são muito estranhas. Que vários profissionais tocaram aqui.

A primeira delas tem a ver com a pesquisa e a docência. A impressão que, às vezes, eu tenho é que alguns colegas da Universidade, eles percebem esse trabalho tanto na gestão, mas principalmente na pesquisa, e eu já ouvi colegas falando isso, dizem que ocorrem uma secretarização do professor. Porque o professor precisa fazer o projeto, precisa, depois, fazer o desenrolo para conseguir a grana do projeto, depois executar o projeto, e finalmente, prestar contas desse projeto. Todo esse caminho não é evidente, ninguém ensina para gente nada disso na Faculdade de Direito. Parece que esse universo não aparece.

Então, a primeira coisa que eu gostaria de perguntar, inclusive, para animar um pouco. Na semana que vem nós vamos ter uma mesa na ANPOCS e uma pergunta que você já deve ter respondido que é se “você trabalha ou só dá aula?”, que tem a ver um pouco com isso. Que, muitas vezes, a pesquisa é percebida como um fardo, é uma coisa a mais para o professor carregar, e muitas vezes os colegas não reconhecem. Bom, na área do Direito, existem as hierarquias que são próprias do campo do Direito e muito específicas, no caso brasileiro, mas como é que você percebe isso na sua experiência? Essa pergunta que certamente você já ouviu, “se você trabalha ou só dá aula”.

E a segunda pergunta tem a ver com esse aspecto também, mas por um outro viés. É muito mais a importância dos pesquisadores que se dedicam a essa atividade, como uma das atividades importantes na sua carreira, no âmbito da gestão. Eu tenho percebido que para realizar... Eu já tenho nove anos de Universidade Federal Fluminense e desde que eu entrei na UFF eu, praticamente, só lidei com gestão. Muito ensino, evidentemente, muita pesquisa, mas muita gestão. Até mesmo porque tivemos que criar um departamento, quatro cursos, um instituto, enfim, são muitas iniciativas.

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

E aí a minha impressão, Gustavo, é a seguinte. Quando nós temos pesquisadores na gestão, como os pesquisadores estão sempre cheios de coisa para fazer, eu tenho impressão, que eles buscam facilitar o trabalho. E quando você não tem pesquisador na gestão é aquela ética do cara que cria dificuldade para vender facilidade. É uma impressão, não tenho nada para demonstrar, só a impressão. Eu gostaria de te ouvir um pouco sobre essa experiência porque isso nos coloca, efetivamente, diante dos desafios da pesquisa, que é montar um grupo porque ninguém faz pesquisa sozinho, isso é incontornável. Então, é animar um público que vem socializado com a ideia de contraditório para fazer ciência é um osso duro de roer.

Então gostaria de ouvir um pouco sobre esses dois aspectos, os pesquisadores na gestão e essa ideia da pesquisa como um trabalho a mais. Como é que isso aparece para você na sua relação com seus colegas?

Gustavo Silveira Siqueira (PPGD-UERJ)

Pedro, bem interessante o que você falou. Primeiro, assim, você roubou um pouco do que eu ia responder. Eu não faço pesquisa sozinho, é impossível. Pesquisa, seja no Direito, seja nas áreas médicas, seja na Farmácia, seja na História, é feita em grupo e, se puder, em grupos interdisciplinares. Então, no meu grupo de pesquisa tem sociólogo, tem historiador, tem gente formada em Direito, tem de tudo. E assim a gente consegue dividir burocracia, ou seja, preencher lá a tabelinha da FAPERJ, do CNPq, consegue prestar contas que eu acho até pior. Então eu não consigo enxergar futuro para pesquisa no Direito se não for coletiva. Porque a gente é formado em uma tradição, ou pelo menos na minha experiência, em que o pesquisador ele sentava numa mesa, ou ele ia para um sítio com 40 livros e de lá nascia ali a pesquisa. Acho que essa noção não corresponde mais. Hoje pesquisa é em grupo, interdisciplinar, é dividir.

Eu tenho uma, agora ela é pós-doutoranda, que trabalha comigo desde a graduação. Eu cos-

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

tumo falar que ela sabe mais de CAPES, FAPERJ e CNPq do que a própria CAPES, FAPERJ e CNPq, que mudam as regras toda semana. Então, eu divido com ela essas funções e com mais outros colegas. Somos todos colegas. Então, eu só consigo responder isso dizendo que pesquisa é em grupo.

E confesso para você, Pedro, não sei se eu tenho sorte lá na UERJ, mas eu costumo dizer que em sala de aula o meu tempo é de 10% ou 5%. Eu consigo ter em sala de aula muito pouco. Divido meu tempo entre a pesquisa e a segunda questão que é a burocracia. E essa questão de trabalho da aula é muito típica dos cursos de Direito. Você não pergunta para o historiador se ele trabalha, ou para o professor da Engenharia. Mas, eu tenho percebido que isso está mudando muito. Existe uma profissionalização dos professores de Direito, que se a gente olhar de 10 anos para cá, de 20 anos para cá, aumentou muito. Então, eu vejo isso como um cenário bom, apesar do número de faculdades ter crescido, e em qualidade não tão boa. Mas acho que, enfim, nesses pequenos universos a qualidade aumentou.

Em relação à gestão, Pedro, isso é uma coisa que também sempre pensei sobre isso. Ou seja, a gente já faz pesquisa, a gente já dá aula e ter que fazer gestão. Mas acho que, politicamente, isso é importante porque nós, pesquisadores, quando assumimos os cargos de gestão, seja de pós-graduação, seja de departamento, seja de direção, nós conseguimos dar um ar acadêmico para aquilo lá, para onde a gente está. E é muito melhor ter um pesquisador ou conversar com um pesquisador do que ter lá um advogado tributarista, por exemplo. Enfim, estou inventando aqui, ou sei lá, ter um professor de medicina legal. Ou seja, é fundamental que a gente dê a cara das instituições uma cara também de pesquisa. Por que, Pedro? Porque elas foram administradas nos últimos 20, 30, 40, 50, 100 anos, por um perfil que não necessariamente pensava em pesquisa, não pensava em criar institutos de pesquisa.

Então, eu acho que nós somos uma geração que, felizmente ou infelizmente, temos que aceitar esses encargos, literalmente, para dar à Universidade, especialmente às Faculdades de Direito, que é nosso problema mais próximo, um ar acadêmico. Eu consigo perceber, quando eu entrei

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

no Programa de Pós-Graduação [em Direito] da UERJ, o programa tinha 13 bolsas de mestrado e doutorado. 13 bolsistas. Hoje a gente tem 63. Ou seja, é só uma gestão acadêmica que vai pensar nisso. É só a pessoa que foi bolsista que vai falar assim: “Não, cara! A primeira coisa que eu tenho que arrumar aqui é bolsa”. É só a pessoa que fez o doutorado sanduíche ou que estudou fora que falar: “Não, eu tenho que estar captando aqui verba para isso”. Entendeu?

Então, eu acho que a gente tem que sofrer com esse ônus para plantar sementes para a pesquisa no país mesmo. E de fato acho que isso tem promovido muita mudança. Se olho para uma Faculdade de Direito há 10 anos e olho hoje, acho que ela já mudou bastante.

Pedro Heitor Barros Geraldo (InEAC-UFF)

Gustavo, eu chamei o Fernando para bater uma bola aqui com a gente. Ele que fez essa ponte. Ele foi promovido, como nós costumamos dizer. Então, queria passar a palavra para o Fernando, que é um pesquisador profissional também e se ele pode fazer alguma pergunta para o Gustavo.

E aí, Fernando?

Fernando Fontainha

Instituto de Estudos Sociais e Políticos da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ)

Bom, primeiro, obrigado, Pedro, por esse chamamento em cima da hora. Mas, eu só aceitei porque o convite é seu e para trocar ideia com o Gustavo, que é um amigo. Além de um amigo é um parceiro acadêmico, a gente comunga vários interesses, troca bibliografia o tempo todo, tem uma pesquisa empírica em Direito, para mim na Sociologia do Direito e para ele na História do Direito, há um interesse comum que a gente alimenta.

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

Ele já atua aqui na nossa Especialização em Política e Sociedade e eu estou muito ansioso para começar a atuar lá no Direito, na dele, de Ensino e Pesquisa em Direito. E claro, fora isso, tenho aprendido muito com o Gustavo da vida institucional “UERJiana”. O Gustavo foi bastante humilde ao descrever o que ele faz dentro da UERJ em termos de contribuições institucionais. É importante ficar claro aqui para todo mundo que escuta o quanto o Gustavo, veja só, estou querendo dizer, e isso é comum em várias universidades, notadamente, em universidades que têm Faculdade de Direito forte, que é o caso da UERJ. Quem vocaliza o Direito para a administração central.

A Faculdade de Direito em cima dela sempre tem uma expectativa muito grande. Primeiro, por um enunciado sobre o que o Direito preleciona acerca de determinada matéria e discussão, revalidação de diploma, orçamento etc. Em segundo os quais os contatos, e veja, nossa Faculdade de Direito da UERJ tem aí em atividade dois ministros do Supremo, para ficar no número de autoridades, certo, que podem intervir em favor da universidade.

Então, assim, esse esquema clássico foi muito alterado com a presença de um jurista, não sei se jurista é a palavra mais correta, mas de um professor da Faculdade de Direito, coordenador do programa que trouxe aporte, quadruplicou, quintuplicou, o número de bolsas, subiu a nota, entre outros aportes, e que é um acadêmico, ou seja, alguém absolutamente formado e entretido dentre moralidades acadêmicas. Então, consegue falar com outros colegas cientistas dentro da sua própria linguagem.

Então, o Gustavo, além dos méritos que ele tem na FAPERJ, na coordenação do programa, ele tem méritos de estar produzindo, dando à Universidade uma renovação em termos de expectativa dos não juristas da Universidade em relação aos juristas. Hoje há a reconstrução de todo o espaço institucional dentro do qual os juristas eram vistos como peças muito importantes. Uma faculdade queridíssima, antigíssima, uma faculdade que não está longe dos seus 100 anos, mas que agora tem um aporte academicamente qualificado e o Gustavo foi peça chave nisso. Primeiro, acho importante corrigir a extrema humildade com que ele descreve o impacto dele no mundo do Direito hoje, eu queria só trazer mais esse.

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

Em segundo lugar, eu fiquei fazendo uma reflexão porque a gente conversa muito, o Gustavo e eu, e eu acompanho as agruras do Gustavo, os retornos que o mundo acadêmico dá, especificamente para a Faculdade de Direito. Ou seja, você é coordenador de um programa e, de repente, você descobre que existem exigências *vis a vis* do fomento, da acreditação, da qualificação aos quais os seus colegas têm que se adequar minimamente. E bater cabeça com essas pessoas que vão olhar para você, que não é desembargador, que não é promotor, que não é ministro, e vão ter que minimamente dizer: “Poxa, esse tal de Gustavo, essa tal CAPES, esse tal de CNPq, essa tal de FAPERJ devem ter alguma razão. Esse negócio de Qualis isso pode significar alguma coisa, quem sabe?”. Então, assim, administrar essa dura tensão no seio da Faculdade de Direito, mas que a meu ver, no mínimo, torna as coisas menos piores.

Eu queria, Gustavo, te provocar, dentro da sua experiência, a imaginar esses dois quadros, vamos dizer o quadro ruim e o quadro menos pior, é assim que eu vou pintar esse quadro. O quadro ruim é a área de Direito sem as exigências das agências de fomento, que são geralmente generalizadas, que não são conduzidas pelos juristas e tão pouco pelas Humanidades, e assim é o mundo. Os sociólogos, antropólogos, historiadores e juristas não conduzem as políticas científicas nos grandes centros de pesquisa do mundo. No Brasil não é diferente. Quem manda no CPC da Capes, nos comitês do CNPq, tudo, não são as Humanidades e, muito menos, o Direito. As autonomias conquistadas elas são sempre extremamente mitigadas, são pequenas.

Então, são regras que vêm de uma moralidade que não é nossa às quais algumas áreas se adaptaram com alguma proeza, a História, a Sociologia, a Antropologia... Parar de escrever livro e começar a escrever artigo. O nosso esforço foi feito, está completo. A gente já provou que pode fazer ciência como os cientistas duros fazem, do ponto de vista da obtenção das creditações. A gente já fez esse esforço, já provou. Para os juristas eu acho que o processo está em andamento.

Agora, o seguinte, qual é a alegoria aqui? A alegoria aqui é a maneira como os juristas se adaptam a isso e as inúmeras imposturas que são praticadas, e assim, se são realmente imposturas ou não. Mas, a meu ver, esse segundo quadro é bem menos pior, que é a necessidade de ocupar

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

espaços que rapidamente são vistos pelos juristas com a sua reconhecida e conhecida moralidade instrumental: “eu tenho que ocupar esse espaço”, “tenho quem construir esse índice”, “tenho que ser o mais produtivo do programa”. Isso é, no mínimo, menos ruim e contribui, sim, para uma reorganização moral, no sentido profissional, de moralidade profissional, mas ainda assim uma reorganização moral do Direito.

E aqui nessa mesa, diferente de outras mesas, a gente está falando, Gustavo, de colegas teus – também são meus, eu sou duplicado no programa de Direito, mas mais teus que você é duplicado e é professor do departamento da Faculdade de Direito, eu não sou. De colegas teus que são operadores e também são professores. Então, assim, estamos falando do cara que é desembargador, tem mil e uma atividades, ou do cara que é Procurador do Estado, advogado, atua ferozmente na política e que publicam cinco artigos por ano, qualificados. Sei lá da qualidade desses artigos, mas talvez fosse melhor do que a cada cinco anos ele ficar só reeditando seu manual.

É o que eu tenho a dizer, Gustavo, dialogando com essa mesa que o Pedro organizou de maneira muito feliz. E meio que deixando também nessa pergunta, uma mensagem final do evento que vai em direção à ideia de que, eu acho que Pedro, depois desse evento, se coloca como uma importante liderança na formação e na organização do campo acadêmico do Direito brasileiro. É mais do que só na Sociologia do Direito, isso é uma coisa que já era dele, já havia se consolidado. Esse evento coloca o NSD e do Pedro em uma posição de fortíssimos organizadores, sobretudo de um diálogo qualificado entre os pesquisadores e os seus colaboradores, para não chamar essas pessoas, que são de verdade importantes para nós, de objeto de pesquisa. São nossos colaboradores, são nossos interlocutores.

Obrigado, Pedro, por mais essa surpresa. Estou muito feliz de poder dialogar aqui direto com você. Aqui nesse evento com você é a quarta vez, mas é a primeira com o Gustavo.

Parabéns a você. Longa vida ao NSD!

Gustavo Silveira Siqueira (PPGD-UERJ)

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

Fontainha, eu não sei se isso foi sorte ou se foi azar. Em 2015, o programa da UERJ era nota 6 e ele despencou para a nota 4. Eu fazia parte do colegiado de pós-graduação e me indicaram para ser coordenador. E eu deixei muito claro: “Olha, a questão é o seguinte, nosso programa é nota 4 agora. A gente tem duas opções: ou a gente vai para cima ou a gente corre risco de perder o doutorado. A gente só pode ir para cima seguindo as regras. Então, todo mundo aqui é formado em Direito e sabe que o que está regulando tudo isso são regras, nem para todas as instituições, claro, que a gente sabe que existem umas instituições mágicas no sistema, mas tem que seguir a regra”. Então, quando eu assumi o programa eu tive esse embate com esses juristas, tipo um desembargador, um grande advogado, enfim. E disse o seguinte: “Ou eu faço segundo as regras e a gente sobe de nota, como o programa subiu, ou vocês ficam com ele nota 4 correndo o risco de fechar”.

Então isso facilitou a minha entrada. Ou seja, uma queda grande que mexeu com os brios da instituição e eu assumi com uma política de falar assim... Eu faço isso até hoje, falar que “a recomendação da CAPES é isso, querem decidir contra? Eu vou constar em ata e depois a gente vê a responsabilidade.” Porque no fundo, Fontainha, quem entende de regra quem estuda as normativas da CAPES são os pesquisadores. Eles podem entender de comercial etc. Nosso campo é outro. Então eu usei uma técnica que eles não possuíam e não tinham interesse de possuir. O que é comum, eles estão em outras atividades, fazendo outras coisas. Então eu falei assim: “Olha, é o seguinte, vamos seguir as regras ou não”, e foi uma escolha do programa. E isso facilitou muito a minha gestão no programa com a CAPES, CNPq. Eu falei: “Olha, se a gente quer ter mais bolsas então vamos fazer isso”.

Eu confesso a você que eu tive colegas que queriam judicializar a avaliação da CAPES sobre o argumento de que os tribunais poderiam decidir melhor. “Que tribunais? Que ideia sua é essa? De onde você tirou? Existe o Ministério da Educação, existe todo um sistema que faz avaliação, não é o que você acha”. Felizmente ou infelizmente acho que a gente tem que usar, às vezes, o conhecimento mesmo dessas agências e elas têm todo um regramento, lógicas, para lidar com isso.

E tem um fator importante, Fontainha. Se a gente olhar para trás, um problema que se ve-

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

rificou no Direito é que o Direito não produzia nada. Quando eu entrei no programa, eu tinha um colega que ele não publicava nada há dez anos. A gente instituiu uma regra de credenciamento, com regras claras, quanto que ele tinha que produzir por ano e ele passou a cumprir.

Então, a gente saiu de um momento que o Direito não publicava nada para uma superprodução do Direito, uma corrida louca quem publica mais leva, que felizmente mudou. Só que quando começou essa loucura de professor publicar quarenta artigos em um ano, e não tem sentido, isso não existe, obviamente é fraude, a CAPES e as outras instituições falaram: “Espera aí, então parou! Vocês já resolveram o problema do Direito. Vocês não publicavam, agora publicam demais. Agora vamos falar para o Direito publicar ‘menos e com qualidade’”. Então, eu acho que esse é o próximo passo da Faculdade de Direito, das Faculdades de Direito. Então os professores já aprenderam a publicar para ficar na pós-graduação, agora vão ter que publicar com qualidade. Só que eles ainda não sabem o que é qualidade. Eles acham, mais ou menos, que qualidade é publicar na revista que tem A1 ou A2.

Mas eu acho que isso tem sido uma melhora sim, acho que eu vejo um saldo positivo. Então, a gente já pegou um pessoal que não sabia escrever, já está escrevendo igual um louco, agora só falta ensinar a fazer pesquisa, que eu acho que é o passo mais difícil. Mas, pelo menos, na área do Direito, a ficha de avaliação dos programas, a quantidade de produção que antes valiam 1/3, agora ela vale 1/9. Ou seja, ela já não vale tanto, entendeu? Ela vale a mesma quantidade que a qualidade dos trabalhos. Então, hoje a gente tem o item Quantidade, o item Qualidade, e o item Defesa dos Alunos. Então, essa loucura de publicar centenas de artigos por quadriênios não existe mais. Apesar de, às vezes, a informação demorar para chegar.

Então, eu vejo um cenário positivo. Ainda acho que muita coisa tem que melhorar, mas acho que o cenário é positivo se a gente fizer uma longa duração.

Pedro Heitor Barros Geraldo (InEAC-UFF)

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

Eu pergunto se alguém tem alguma pergunta, alguma questão aí dos participantes. Vários elogios aqui, a Luciane Souza Soares de Lemos comentou: “Eu queria ter ouvido as palestras de hoje há uns 10 anos na graduação. Parabéns a todos pelo evento”. Obrigado! A gente também queria ter ouvido antes, não é Gustavo, Fernando? Muitos elogios aqui.

Bom se não houver mais nenhuma questão, Gustavo, eu gostaria de te pedir licença para apresentar um pouco do que nós fazemos no NSD. Apresentar um pouco também um pequeno retrospecto do que nós construímos ao longo desses seis dias de trabalho. Nesse mês foram 21 mesas, enfim. Eu gostaria de apresentar para vocês rapidamente.

E, em seguida, tenho uma pequena homenagem para a equipe, para meus colegas do núcleo, mas também para a equipe que está aqui com a gente acompanhando, os alunos da graduação em Segurança Pública e Social. Já em vias de conclusão desse longo evento de seis dias.

Aliás, Gustavo, para você saber, eu organizei do outro projeto do JCNE, o evento “Segurança Pública e Universidade”, que a gente fez em cinco dias. Terminamos o evento extenuados. Foi um evento presencial, estávamos extenuados e a única conclusão que a gente conseguia chegar é que o próximo seria menor, seria de três dias. Evidentemente que nós acabamos dobrando a meta, foram seis dias, aumentou em um dia ainda, mas foi muito produtivo.

Foram seis dias em mesas que nós pudemos produzir um verdadeiro diálogo com os operadores do Direito, construindo um espaço, ouvindo essa interlocução ao longo desse encontro. O objetivo do encontro se mostrou plenamente realizado. Nosso objetivo era fazer um encontro! Encontrar os operadores do Direito, encontrar os pesquisadores, construir um espaço em que, como muitos dos colegas que passaram por aqui apresentaram, ele não está no Direito, mas também não está fora dele. O que mostra que essa forma que foi construído através de um diálogo com meus colegas, e aí esse formato, especialmente, com três pessoas em cada mesa, com apoio dos nossos monitores, foi sugerido pela professora Izabel Nuñez, que foi extremamente feliz e que conseguiu produzir esse resultado. E também contornar um outro problema que é essa fadiga de ficar muito muitas horas conectados. Então, essas mesas curtas foram, certamente, menos can-

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

ativas para quem participou e eu espero que tenham sido proveitosas também.

Esse evento se realizou durante seis dias. Nosso objetivo no núcleo, e com esse evento, foi estimular a prática da interdisciplinaridade que já existe na área da CAPES há muito tempo. Nós desenvolvemos isso num contexto institucional do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito e através da rede de pesquisadores do INCT-InEAC. O trabalho que nós realizamos é uma orientação que é voltada para a compreensão da experiência no trabalho cotidiano, e também uma prática muito intensa de coorientações, bancas multidisciplinares com sociólogos, juristas, antropólogos, politólogos também. Essa prática é favorecida com o estímulo dos nossos pesquisadores em formação, principalmente, em participar de encontros com os operadores do Direito e encontros que permitam interlocução com cientistas sociais. Mas também, através da produção de conhecimento coletivamente. Isso é valorizado pelo documento de área, da área Interdisciplinar.

Os nossos desafios, que são constantes e que nós procuramos enfrentar aqui, é um desafio da comunicação em função da autoridade que existe em torno dos operadores do Direito. Mas, chamar atenção para que nessa comunicação a gente se concentre não nos obstáculos, ou naquilo que entre os operadores do Direito pode inclusive prejudicar o diálogo, mas principalmente focalizar nas pontes que nós podemos construir com essas instituições, procurando enfrentar o problema da consciência dos direitos, através dessas mesas esse foi um tema recorrente. E, principalmente, da inteligibilidade da linguagem jurídica e também do trabalho, do significado do trabalho dos operadores do Direito.

E é exatamente por isso que esses obstáculos cognitivos são desafios para nós. Que através desses estranhamentos produzidos nas situações de encontro, sejam nos trabalhos de campo nos rituais da justiça, sejam nesses eventos em que nós podemos colocar também os operadores para dialogar. E isso produzindo um conhecimento que é empiricamente fundado sobre o exercício do poder através das práticas dos operadores do Direito.

Bom, esse nosso núcleo de pesquisa está registrado no CNPq, ele existe desde 2017, já temos 15 pesquisadores envolvidos na sua concepção. Nós temos o financiamento e o apoio da rede do

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

INCT-InEAC, que é o Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos, que tem o financiamento da CAPES, da FAPERJ, do CNPq, onde nós conduzimos esse subprojeto “Justiças, Procedimentos e Conflitos”, que nos permite ter acesso a recursos que financiam não apenas essa atividade, mas também estimulam e financiam o trabalho dos pesquisadores em formação.

Nós temos um *site*, onde nós procuramos colocar os relatórios das nossas atividades para dar visibilidade a essas atividades. Isso é uma pequena amostra dos trabalhos que são realizados, são dissertações em que eu participei da orientação e coorientação, muitas vezes em coorientação com colegas das Ciências Sociais. Sempre preocupado em produzir o conhecimento por meio da formação dos operadores do Direito e com eles.

Nós temos para divulgação científica esse *Instagram*, que a gente procura comunicar o que nós fazemos, principalmente, nesse momento como muitos colegas apontaram aqui, a Universidade tem sido desafiada pela sociedade a explicitar mais as suas formas de... Do que ela faz, do que acontece dentro da Universidade. Nós não podemos ser acusados de práticas estapafúrdias sem que a sociedade conheça o produto social daquilo que a Universidade faz.

Nós trabalhamos também em cooperação em frente de divulgação científica pela coluna do Jota, que o Fernando originalmente coordenou a sua constituição e que hoje eu ajudo nessa coordenação, contribuo com a coordenação executiva da coluna *Judiciário e Sociedade*, no Jota. Nós participamos também do Fórum presidido pela Professora Izabel Nuñez, no Fórum Permanente de Antropologia e Sociologia do Direito da EMERJ, que é vice-coordenado pelo professor Carlos Victor, que também faz parte do NSD.

Esses são os eventos que nós realizamos desde 2017, a palestra com a Professora Glória, uma oficina de pesquisa empírica em Direito, os ateliês de edição de texto, que buscaram discutir, aprimorar e desenvolver nos alunos a escrita acadêmica, o seminário do JCNE, “Segurança Pública e Universidade”, eventos fora do Rio de Janeiro, na UFJF de Governador Valadares, onde a Professora Paula, que é a colíder do NSD é professora, o Encontro Regional de Pesquisa Empírica em Direito no ano passado, que nós realizamos. E, enfim, esse seminário.

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

Esse seminário contou com 58 convidados nas áreas do Direito e das Ciências Sociais em 22 mesas, ao longo desses 6 dias. Esse evento contou com a participação de 15 pesquisadores do núcleo, com colegas de 13 Faculdades de Direito, 15 Programas de Pós-Graduação na área do Direito e das Ciências Sociais em 17 cidades do Brasil, em 8 Estados e no Distrito Federal. São 30 instituições públicas, entre membros de 2 conselhos municipais, 1 colégio estadual e 3 associações da sociedade civil. Eu gostaria de citar, especialmente, a Rede Reforma e o Instituto de Defesa da População Negra (IDPN).

Nós fizemos mais dois painéis internacionais também, com Baudouin Dupret, que é um pesquisador da área das Ciências Sociais que pesquisa Direito no contexto árabe, que é pesquisador do CNRS. O Sigurd D'Hondt que é do Departamento de Línguas e Comunicação da Universidade de Jyväskylä, na Finlândia, juntamente com Fábio Ferraz, que é um colega nosso aqui, brasileiro, que agora está conduzindo essa pesquisa junto com o Sigurd sobre o Tribunal Penal Internacional.

Além dos pós-graduandos, dos alunos de Direito e de todos aqueles que se interessaram e permaneceram como ouvintes desse seminário. Especialmente, eu gostaria de agradecer a Mariana Vianna, a Betânia Almeida, o João Vitor Abreu, a Gisele Moreira, a Letícia Lima, o Lucas Pinheiro, a Sarah Rangel e a Kelly Castrioto por compartilhar esse trabalho de organização do evento e todo o trabalho que isso dá. Eles foram muito pacientes e generosos. Todos eles se dedicando muito e muito reconhecedores também do que esses empreendimentos acadêmicos podem desenvolver de habilidade para eles.

Essas atividades todas contam com financiamento da FAPERJ, através da bolsa Jovem Cientista do Nosso Estado, do projeto Humanidades, do projeto Treinamento e Capacitação Técnica. Além das bolsas de iniciação científica que nós já conduzimos também e tivemos durante todo esse período na UFF. Também, contamos com bolsas do CNPq e do projeto Universal, de 2018, para financiar as nossas atividades. Os recursos são poucos, mas eles são muito importantes para o desenvolvimento dessa atividade, que permitiu esses contatos e esse financiamento desses trabalhos me permitiu postular como professor visitante na Universidade Sciences Po Bordeaux,

A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS OPERADORES DO DIREITO

nesse ano, no Laboratório As Áfricas do mundo.

Então, essa é a nossa atividade como núcleo. Esse é mais um evento que nós realizamos com o apoio dos alunos das pós-graduações, mas também do bacharelado em Segurança Pública e Social. Eu gostaria, por fim, a minha última homenagem, eu prometo que não será longa, passar aqui uma pequena montagem, já que a nossa lembrança agora nesse tempo de pandemia, nesse evento único na nossa experiência, e que nos mobilizou de uma forma muito especial, mas que apesar de tudo, todos se mostraram muito bravos e corajosos e desejosos de atividades que possam nos dar esperança nesse momento. Essa é uma singela homenagem para todos aqueles meus colegas que participaram desse evento e trabalharam para sua realização.

[reprodução de vídeo]

Bom, então estão aí todos e todas devidamente homenageadas. Vamos ver quem está aqui para a gente pôr todo mundo que ajudou a fazer esse evento, a produzir um ambiente de conversa, de diálogo. Está aí o Fabinho, Carlinhos também está aí...

Então obrigado a todos vocês, a todas, por essa jornada que foi o seminário!

Muito obrigado ao Gustavo, pela gentileza de nos brindar com essa conferência de encerramento. E é isso, moçada!

Espero que vocês tenham gostado e ano que vêm tem mais!